

ESCOLA E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: RELAÇÕES E PERCEPÇÕES RACIAIS EM ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GARANHUNS – PE

FABIANA PEREIRA COSTA^{1*}

Introdução

O Brasil, por ser um país que comporta desde a sua colonização uma mistura de diversas etnias, durante muito tempo foi considerado o mais belo exemplo de democracia racial. Entretanto, é possível perceber que ao longo de sua história, tem se configurado como um país reprodutor de um sistema excludente que gera o mais expressivo índice de exclusão social na população negra.

As pesquisas realizadas questionam essa suposta democracia racial ao demonstrarem o preconceito camuflado que ocorre cotidianamente no âmbito da sociedade brasileira. Em vista disto, é necessária a elaboração de mecanismos que visem à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Neste sentido, pode-se perceber que a escola pode se constituir, estrategicamente, como um ambiente de combate ao racismo e ao preconceito. No entanto, a escola não tem dado conta dessa realidade, de modo que na investigação, que fez surgir este artigo, fomos compreender a dinâmica das relações em sala de aula numa escola pública da rede municipal de Garanhuns (PE), enfocando a visão de percepção racial de crianças em que se tem evidenciado o preconceito.

As atitudes racistas que ainda permeiam as relações na sociedade, têm um longo histórico a partir de ideologias gestadas na Europa, com as discussões teóricas trazidas posteriormente para o Brasil. A implantação de teorias racistas no país tem apresentado sua influência até os dias atuais quando nos deparamos com a desigualdade social, decorrente principalmente da construção de raça, o que se caracteriza como forte empecilho para a concretização da democracia e vida cidadã a todos.

Após o Estado brasileiro admitir ser um país de cunho racista, com uma exclusão social que atinge principalmente a população afrodescendente, estabeleceu-se uma pauta de

* Especialista em Programação do Ensino de História – Universidade de Pernambuco.

políticas afirmativas que buscam eliminar as injustiças sociais, a discriminação racial e promover a inclusão social dessa população.

Nesse trabalho, ressalta-se o longo caminho que temos a percorrer na luta contra a discriminação racial e a urgência de mobilização da sociedade nesse movimento, cuja participação extrapola o espaço escolar.

Teorias nos percalços da história

O preconceito racial inserido em nossa sociedade foi política e historicamente construído ao longo de séculos com a propagação de teorias racistas que, segundo Shwarcz (1993), constituem-se como práticas imperialistas de dominação que incutiram nas sociedades dominadas a falsa idéia de inferioridade.

As primeiras teorias que buscaram explicar as diferenças entre os diversos tipos humanos surgiram no período da Ilustração e construíram pela primeira vez uma associação entre raça, hierarquia social e progresso.

A partir da segunda metade do século XIX a teoria poligenista, que acreditava em origens diversas para os seres humanos, ganhou impulso e deu origem a diversas outras teorias baseadas no mesmo princípio, como o darwinismo social que pregava a pureza de raça e desencorajava casamentos considerados nocivos, pois negros, amarelos, índios e mestiços pertenciam a raças inferiores que estavam fadadas a desaparecerem no futuro.

Essas teorias racistas tiveram grande repercussão no Brasil em tempos de forças do liberalismo, cujo tempo foi do nascimento do abolicionismo até atingir o fim da escravidão. Tivemos em Joaquim Nabuco a figura de um dos teóricos do abolicionismo no país, de maneira que em seus discursos defendia a insustentabilidade do sistema escravocrata, evocando razões humanitárias e economicistas, sendo essas últimas o motivo mais forte para a luta contra a escravidão.

Skidmore (1976) vem afirmar que os abolicionistas desejavam para o país um desenvolvimento baseado no modelo liberal capitalista e acreditavam que para isto se tornar possível seria necessário estimular a imigração de europeus tanto para impulsionar a economia do país, como para embranquecer a nação. Vê-se, assim, que a

perspectiva nas primeiras décadas do século XX era ser o elemento branco a predominar no futuro.

Ainda que a elite brasileira acreditasse na inferioridade do negro, muitas vezes o discurso proferido foi de divulgação das relações entre brancos e negros como harmoniosas, também para o exterior com a idéia de que no Brasil inexistia o conflito de raça. Essa idéia é reafirmada com o antropólogo Gilberto Freyre (1933) ao acreditar ser o mestiço o ponto de equilíbrio da sociedade brasileira e que defendeu a não existência do racismo entre nós.

O mito da democracia racial persistiu e na atualidade ainda se dificulta a concretização de relações étnicas com a igualdade social, em que persistem obstáculos à concretude do espaço de direitos, além do formal, para toda a população. Por outro lado, ao serem implementadas políticas de ação afirmativa no Brasil que buscam diminuir as desigualdades, são encontradas resistências através de pessoas e entidades que ainda não conseguem enxergar a exclusão que faz desumanizar uma grande parte da população.

O movimento na busca de avanços à educação étnico-racial

Apesar de a escravidão ter sido oficialmente abolida no país através da Lei Áurea em 1888, a legislação não garantiu aos negros os mesmos direitos e oportunidades dadas aos brancos, de forma que além de não serem integrados na sociedade brasileira, foram mantidos à margem da sociedade por um complexo processo excludente.

Ao olhar de maneira mais aprofundada para a educação como um dos principais agentes que podem contribuir com a transformação da sociedade, cabendo à escola promover a valorização da diversidade e o respeito às diferenças e características dos diversos grupos, vemos, no entanto, que a escola tem um histórico, desde o Brasil colônia, de ausência da população negra no espaço formal, de modo que somente no início do século XX, os negros, após mais de três décadas da Abolição, começaram a ter mais acesso à escola.

Nesse espaço histórico, os movimentos de reação e resistência à opressão foram marcando bem mais a vida de nosso país, entretanto sem obterem mais destaque dentro da história brasileira, apesar da atuante Frente Negra dos anos 20 aos anos 30. Já nos anos 70, o Movimento Negro no Brasil veio apresentar um importante papel na luta

pelos direitos da população afro-descendente. Desde essa década tem assumido uma postura de denúncia explícita contra a discriminação racial e ao racismo na sociedade brasileira, alcançando importantes avanços na elaboração de ações estratégicas em diversos níveis educacionais.

Por sua vez, há uma certa unanimidade entre os intelectuais brasileiros a revelarem ser o processo educacional o mais eficaz para superação do racismo em nossa sociedade. Dessa forma, têm sido constantes os esforços no sentido de democratizar o ensino e capacitar profissionais de forma a se oferecer um processo educativo diferenciado em que a escola seja um veículo de desconstrução de idéias e atitudes racistas.

Além da democratização do ensino e capacitação profissional, a implementação de políticas de ação afirmativa apresenta-se de suma importância no combate à desigualdade social entre negros e brancos. As políticas de ação afirmativa caracterizam-se pela luta anti-racista que busca através de medidas compensatórias oferecer igualdade de oportunidades a grupos socialmente discriminados (MUNANGA e GOMES, 2006).

O Brasil tem alcançado importantes avanços na luta contra a discriminação racial na forma de leis e programas podendo serem citados dentre outros:

- Lei Federal nº 10.639/2003, que torna obrigatório, no Brasil, o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica dos estabelecimentos públicos e privados.
- A Lei Estadual nº 3.708/2001, que garante cota de 40% para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade do Norte Fluminense.
- O programa Diversidade na Universidade, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Ministério da Educação – Brasília.
- Lei Federal 11.645/2008 que amplia a lei 10.639/2003, por ser extensiva além dos afrodescendentes, com abrangência dos índios, migrantes, ciganos e outros que também historicamente têm se constituído minorias oprimidas.

Neste direcionamento, também se percebe que o Brasil tem apresentado avanços significativos no âmbito educacional para promoção da igualdade entre diferentes etnias. No entanto, ainda há muito a se fazer, seja no melhoramento da elaboração das

leis, ou mesmo no aperfeiçoamento das práticas de formação docente já em vigor. Pois é fato a existência de universidades que ainda não possuem um currículo voltado para a diversidade que se direcionem de maneira sistemática com ações sobre a questão étnico-racial no Brasil. Ao permanecerem na ausência de ações, os docentes do Ensino Fundamental, Médio e Superior, continuarão despreparados para lidar com questões étnico-raciais.

Percurso metodológico

Para abordar as relações raciais no espaço escolar, foi adotada a pesquisa qualitativa no intuito de apreender percepções e motivações nas relações e interações socioculturais, sendo possível uma interpretação das experiências vividas. A pesquisa qualitativa oferece suporte para filtrar as informações obtidas e trabalha-las à luz de categorias conceituais e perspectivas teóricas.

Sendo assim, neste trabalho, houve a observação direta na escola pública municipal que havia sido visitada outras vezes, alcançando a realização de entrevistas até a realização da análise final. No primeiro momento dessa pesquisa foi realizada a seleção bibliográfica e análise documental, tendo como foco as obras de Shwarcz (1993), Santos (2002), Skidmore (1976), Munanga e Gomes (2006), além de publicações da UNESCO que abordam a temática étnico-racial no âmbito educacional.

O objeto de estudo, ao ser elaborado na problematização, veio a ser viabilizado mediante a matriz conceitual com pesquisadores que atuam na educação étnico-racial. Foram utilizados procedimentos de observação do posicionamento de professores com as turmas de Educação Infantil III e a segunda série do ensino fundamental dessa escola pública no município de Garanhuns-PE, assim como aplicação de entrevistas com 17 crianças na faixa de 05 a 09 anos de idade.

A análise dos resultados apresentada decorreu do entrecruzar de posturas, gestos, inquietudes e introjeções a respeito dessas crianças em que se buscou compreender suas percepções quanto à sua identidade e de como percebem os colegas de sala, bem como o relacionamento entre eles.

A superação na escola com a educação étnico-cultural

Durante as entrevistas apresentaram-se depoimentos significativos acerca da percepção do pertencimento racial próprio ou de outros colegas. Ao serem perguntadas como se descreveriam, foram obtidas respostas que demonstraram que tanto crianças brancas como negras², tendem a se auto-classificarem como morenas. Foi também percebido que as crianças brancas tiveram mais facilidade de se identificarem coerentemente com o seu pertencimento racial.

A rejeição pelo fenótipo negro percebido pelas crianças gera uma necessidade de fuga da caracterização que lhes traz idéias inferiorizantes. Diante desse quadro, apenas algumas crianças se auto definiram, com alguma resistência, como negras, porém as suas falas estavam carregadas de angústia e desejo de mudança, os seus gestos assim expressavam e os seus olhares, também.

Além da auto-caracterização como branca, negra, ou morena, outras crianças definiram a si próprios ou aos colegas como marrom, escuro, roxo ou amarelo.

Eu sou escuro... moreno (...) eu gostaria de ser amarelo, porque eu acho mais bonito amarelo. [Você tem amiguinhos amarelos?] Não. Eu só tenho amiguinhos escuros. [Pessoas escuras são negras?] Sim. [então você é negro?] Sim. [Você acha bonito ser negro?] Não, porque eu só gosto de amarelo (...) eu não gosto de gente negra, só amarelo. (César 5 anos, negro).

3

É possível perceber na fala de César certa hesitação para se caracterizar como negro. Sabe-se que a falta ou recusa de reconhecimento, ou mesmo o reconhecimento deformado podem ser considerados formas de opressão e de expressão de desigualdades. A escola tem ainda reproduzido em seus processos educativos a valorização do estereótipo branco, ressaltando as características dos brancos em detrimento do grupo na construção da racialidade.

Dessa forma, depreende-se que o fato de crianças negras se definirem como morenas claras e outras caracterizações é produto de uma prática social discriminatória que opressivamente infiltra o desejo de se tornarem semelhantes ao padrão de estética

² São considerados negros os indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos.

³ Os nomes aqui citados são fictícios, evitando exposição desnecessária dos entrevistados.

eurocentrista que predomina no imaginário social e é maciçamente apregoadado pela mídia e por instituições as mais diversas da sociedade.

Em observação direta com uma das professoras, a mesma comentou sobre o fato de no dia-a-dia não se perceber gestos discriminatórios ou rejeição ao pertencimento racial. Nesse discurso, é possível perceber a marca do mito da democracia racial defendido por Freyre. No entanto, o depoimento de uma das suas alunas demonstrou completa insatisfação com suas características físicas demonstrando a percepção da rejeição do grupo em que está inserida pelo seu fenótipo.

Meus pais são bonitos (...) minha mãe tem cabelo alisado, é branca e meu pai é preto. Eu gostaria que ele fosse diferente. [Como você gostaria que ele fosse?] Branco, porque eu acho mais bonito. Eu acho pessoas brancas mais bonitas (...) Eu gostaria que meu cabelo fosse alisado, porque... pra eu ir pra igreja com os cabelos soltos. (...) Eu queria ser diferente... queria ser branca. [E por que você gostaria de ser branca?] Né pra eu ir pra igreja com o cabelo solto? [Alguém já falou alguma coisa sobre o seu cabelo?] Já. Um menino (...) Ele disse que o meu cabelo é feio. Disse que eu sou feia (...) chama eu de palavrão... coisa de Deus não... chamou de coisa feia... chamou eu de cão. E chamou de outra coisa, mas eu não sei, eu esqueci. (Gabriela, 5 anos, negra).

Neste depoimento, podemos perceber a existência de idéias preconceituosas já internalizadas pela criança. A idéia mais presente em sua fala é o ideal branco de beleza que ela tem como referência. Esse ideal lhe é inculcado de forma dolorosa ao ser apelidada de termos pejorativos (coisa feia, cão), num processo de desvalorização de seus atributos individuais que interferem na construção de sua identidade de criança.

O preconceito que a inferioriza enquanto ser humano está de tal forma presente que ela deseja ter pais brancos, pois seriam mais bonitos. Ao mesmo tempo demonstra sua insatisfação e até angústia em não poder ir à igreja com os cabelos soltos pelo fato de serem cacheados, se fossem alisados como o da mãe, então poderia soltar os cabelos. Segundo sua visão, se ela fosse branca, poderia ir à igreja com os cabelos soltos, pois a mesma associa cabelos lisos a pessoas brancas.

Durante as entrevistas as crianças foram questionadas sobre o ser bonito e de todas as crianças, apenas três não se consideraram bonitas, as três negras. O que se pode observar é que não existe um reconhecimento positivo dos membros do grupo racial negro. Vamos entender a necessidade de se ter positivamente a auto-estima dessas

crianças, ou não, ao consideramos estar relacionada a uma dimensão histórica que por séculos tem estigmatizado o ser negro e chegou a naturalizar a baixa auto-estima como característica inerente ao negro.

A valorização do grupo racial branco tem sido internalizada pelas crianças no seu cotidiano como afirma um garoto ao ser questionado nesse porquê de considerar pessoas brancas mais bonitas. Durante o espaço de observação das crianças uma delas ao olhar uma imagem de um menino tido com branco, diz: “Um menino, meu colega já me disse que menino de olho azul é mais bonito.”

No depoimento dessas crianças é possível identificar a percepção que elas têm de si mesmas, baseadas no que ouvem em seu cotidiano. Como afirma d’Adesky (2001, In: GOMES, 2005), nenhuma identidade é construída no isolamento, as identidades são construídas na relação com o outro, no convívio com instituições e grupos sociais diferenciados. E a partir dessa dinâmica de relações é que a criança cresce internalizando o preconceito e construindo uma identidade preconceituosa em relação a si mesma. De forma que não consegue se sentir bonita, não se sente à vontade em relação às demais pessoas por se considerar inferior. Isso, como tem sido dito, tem um forte impacto na sua formação emocional e cognitiva, prejudicando em muitos momentos o seu desempenho escolar.

Diante do preconceito vivenciado em sala de aula, muitas vezes a indiferença é utilizada como forma de se proteger da violência da discriminação como bem exemplifica o depoimento:

[Eles colocam apelido em você?] Coloca. Eles me chamam de bicha feia. [Mas por que eles dizem isso?] Porque eu sou muito nega, aí eles ficam reclamando. Mas eu não ligo, eu não ligo não. [Você nunca ligou?] Não, nunca, nunca, nunca. [Mas como você se sente quando eles dizem isso?] Eu me sinto ótima [Ótima?] É, mas de vez em quando eu choro. Eu fico triste. [Logo no começo, quando você chegou na escola, você sentia raiva disso?] Eu sentia na 1ª A, mas aí eu resolvi não ligar, porque é muito chato, né? Porque a gente não sabe o que falar... eles ficam chamando a gente de coisa... então...

O depoimento de Paula apresenta a indiferença como estratégia para enfrentar o preconceito. A criança quando questionada se alguma vez já havia comunicado o fato à professora, respondeu que não. É importante observar o sentimento de impotência da criança diante da discriminação sofrida, pois diz não saber o que falar, ou seja, ela não

tem como se defender da ofensa, optando pela indiferença. Porém, ainda que afirme ser indiferente às críticas, Paula confessa que às vezes chora revelando assim a dor que cotidianamente causam práticas como essas.

A pesquisa suscita novas indagações que requerem outras pesquisas: Até que ponto os constantes ataques à auto-estima das crianças negras têm interferido no seu desempenho escolar? Que seqüelas isso trará, já que estamos falando de um ser em processo de formação? Como estarão essas crianças no futuro quando chegarem à fase adulta? Que percepção terão de si mesmas?

Cavalleiro vem afirmar: “(...) quem discrimina não percebe, ou não deseja perceber, as conseqüências nefastas dessas práticas. Ao passo que o discriminado, sem rede de proteção, ou melhor, sem apoio da professora, porém, silencia-se” (2005: 81). Neste direcionamento vemos em outro depoimento que nos chama atenção: “Chamaram o Fernando de Nego Preto. [Falaram pra tia sobre o ocorrido?] Falamos, aí tia disse: você é tão branquinha pra falar dele...” (Taís, 8 anos).

O que se pode observar desse depoimento é que não existe um esclarecimento da repreensão por parte da professora. A suposta repreensão da professora deixa brechas pra se pensar que se a criança fosse branca poderia “xingar” o colega de “negro preto”. Em momentos de agressão, como este, é percebido que a professora tem dificuldades com o seu posicionamento em deixar explicado para estas as crianças que brincadeiras pejorativas relacionadas ao pertencimento étnico-racial, de quaisquer dessas crianças, necessitará ser trabalhada cotidianamente.

Por sua vez, a sociedade, e mais especificamente a escola, têm reproduzido o ideal de branqueamento em diversos processos, de modo que a criança negra não encontra modelos de estética que apresentem a sua pele de forma positiva. Dessa forma,

(...)a ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores tidos como bons e perfeitos. (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2006: 51).

Foi possível também perceber a recusa de algumas crianças em classificar os colegas como negros.

[Você gostaria de ser negra?] Gostaria. [por que?] Porque... gente morena, né... as pessoas chamam de negro preto, né? Mas eu não chamo não. [Seus

pais já falaram sobre isso com você?] Já. Eles disseram: não chame ninguém de negro preto porque eles são morenos e não pretos. [Você acha que aqui na sala tem algum negro?] Tem... tem ele que é moreno, né? Mas eu não chamo ele de negro [Você acha que é errado dizer que alguém é negro?] Acho. Porque tem uns morenos, uns brancos.... (Aponto uma garota negra e pergunto se ela gostaria de ser como ela. Ela responde que não). [Por que você não gostaria de ser como ela?] Não é achando ela feia, mas é que ela é muito escura... assim, preta né? (Tatiane, 7 anos, branca).

A caracterização de alguém como negro é para essas crianças uma espécie de ofensa e são orientadas em casa para não se referirem a colegas como negros. Porém, ao serem questionadas sobre colegas negros na sala, foi possível observar que uma criança negra que tinha um grande relacionamento com os colegas nunca era apontada como negra, ao passo que uma garota que não tinha bom relacionamento com os colegas foi em todos os depoimentos a primeira a ser citada como negra.

Na observação sobre esta manifestação com a professora, a mesma afirmou que a menina era muito “arengueira”, mexia com todos da sala e chamava palavrões. Nesse contexto, cabe a observação de Cavalleiro (2005), quando diz que comportamentos como bagunça extrema e mau relacionamento, nunca são analisados pelos professores como uma possível decorrência do sofrimento ocasionado por discriminações que por sua vez prejudicam o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança.

A insatisfação com as características físicas pertencentes ao grupo racial negro também é visível quando na maior parte dos depoimentos encontramos as crianças com os fenótipos mais evidenciados no campo do racismo desejar ter cabelos e pele diferentes, além de elegerem como ideal de beleza o tipo físico europeu: branco, cabelos loiros e olhos azuis. Fica evidenciado com esses resultados que a discussão e investigação a respeito da educação étnico-racial insiste em superar uma educação racista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem sido apresentada em diversas pesquisas como uma instituição social reprodutora de práticas racistas que são fruto de uma formação histórica que ao longo dos séculos tem supervalorizado o ser branco e estigmatizado o negro como um ser inferior.

Como tem sido defendido pelos estudiosos, a educação é o campo escolhido como foco para a luta anti-racista que visa desconstruir idéias inferiorizantes em relação ao negro tão enraizadas em nossa sociedade. Para isso, é necessário que a escola reelabore o seu currículo enfatizando a necessidade de educar no objetivo de se formar cidadãos que respeitam e valorizam a pluralidade.

O discurso de igualdade utilizado pela escola deveria ser algo positivo, no entanto, essa igualdade defendida tem causado sérios prejuízos às diferenças, onde o processo educativo educa para a internalização de um ideal branco, não permitindo às crianças negras a construção positiva de uma identidade negra. Diante disso, as crianças negras para não se sentirem excluídas tendem a desejar um branqueamento e a não se identificarem como negras.

A reformulação das nossas práticas educativas passa, necessariamente, pela universidade onde o docente recebe a sua formação. Nessas Instituições de Ensino a orientação para a prática educativa voltada para a diversidade ainda não é adequada. Os docentes não são devidamente preparados para lidarem com as situações de racismo que ocorrem no cotidiano escolar e dessa forma as crianças vítimas de discriminações ficam expostas às agressões dos colegas sem condições de se defenderem.

É necessário que a escola conscientize-se do seu papel na formação de nossa sociedade, despertando para o racismo ainda presente no ambiente escolar e refazendo suas práticas dentro de um referencial que vise o reconhecimento e valorização das diferenças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. OLIVEIRA, Fabiana de. *A escola e a construção da identidade na diversidade*. In: SILVÉRIO, Valter Roberto. BARBOSA, Maria de Assunção.

ABRAMOWICZ, Anete. (Org.). *Educação como prática da diferença*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização

e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003*. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005. p. 232.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. ed. 50. São Paulo: Global, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão*. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003*. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005. p. 232.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006, Coleção para entender.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso pelas idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 176.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 287.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 332.